

CURUÁ ENERGIA S.A.
CNPJ nº 05.215.888/0001-01

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Manifestação da Administração: Os membros do Conselho de Administração da **Curuá Energia S.A.**, com sede na BR 163, s/nº, km 877, Cachoeira da Serra, no município de Altamira-PA, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, considerando o parecer dos Auditores Independentes, aprovam os referidos documentos, autorizam a publicação das referidas demonstrações contábeis na forma da lei e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia. **Edmundo José Rodrigues Neto** - Presidente do Conselho de Administração. **Fernando Antonio Bertin** - Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Ana Paula Gil Dias** - Conselheira. **Sílmor Roberto Bertin** - Conselheiro.

Balanços patrimoniais											
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024	2023		Notas	2024	2023	2024	2023
Ativo/Circulante		3.994	5.548	6.252	5.548	Passivo e patrimônio líquido/Circulante		2.735	3.035	2.740	3.035
Caixa e equivalentes de caixa	4	158	2	2.416	2	Fornecedores		1.320	1.614	1.321	1.614
Contas a receber	5	3.022	3.791	3.022	3.791	Obrigações trabalhistas		624	575	624	575
Adiantamentos		814	1.755	814	1.755	Obrigações tributárias		791	846	795	846
Não circulante		333.513	292.551	333.770	292.551	Não circulante		35.392	9.386	37.902	9.386
Depósitos judiciais	6	45.327	25.375	45.327	25.375	Partes relacionadas	7	1.623	1.623	4.133	1.623
Partes relacionadas	7	204.727	177.134	205.017	177.134	Contingências	10	33.769	7.763	33.769	7.763
Impostos a recuperar		457	458	458	458	Patrimônio líquido	11	299.380	285.678	299.380	285.678
Investimentos	8	34	-	-	-	Capital social		9.066	9.066	9.066	9.066
Imobilizado	9	82.968	89.584	82.968	89.584	Reserva de lucros		290.314	276.612	290.314	276.612
Total do ativo		337.507	298.099	340.022	298.099	Total do passivo e patrimônio líquido		337.507	298.099	340.022	298.099
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						Lucros ou prejuízos acumulados					
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais					Total	
Saldos em 1º/01/2023		9.066	1.813	48.432		180.590				239.901	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-				45.777	45.777
Constituição de reserva de lucros		-	-	45.777	-	-				(45.777)	-
Saldos em 31/12/2023		9.066	1.813	94.209		180.590				285.678	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-				13.702	13.702
Constituição de reserva de lucros		-	-	13.702	-	-				(13.702)	-
Saldos em 31/12/2024		9.066	1.813	107.911		180.590				299.380	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Curuá Energia S.A. foi constituída em julho de 2002, tendo como objeto social a exploração de concessão de serviços públicos e privados de transmissão relativos à linha de energia elétrica e instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), à prestação de serviços públicos ou privados na área de energia elétrica e serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos à concessão de seu objetivo. Além disso, a Companhia tem como objeto social também a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios. A Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Salto do Curuá, localizada na Cadeia de Altamira - PA, km 877 da BR 163, Distrito de Cachoeira da Serra, s/nº, tem como atividades a transmissão e a comercialização de energia elétrica, e possui capacidade de produção de 30 MWh, sendo 4 Unidades Geradoras de 7,5 MWh cada. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME). A Companhia teve sua autorização junto à ANEEL em 6/08/2002, com prazo de 30 anos, podendo ser renovado automaticamente por mais 30 anos. **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11/08/2025. **2.2. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da empresa Curuá Energia S.A., e sua controlada a seguir relacionada:

Empresas Consolidadas	Ativo	Líquido	Resultado	Participação
Tuná Adm. de Serviços	340.022	299.380	13.702	100%

Essa Empresa foi considerada como uma extensão das atividades da investidora e estão sendo apresentadas com seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da empresa Curuá Energia S.A. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; • Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da Empresa controlada; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre a Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; • Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado, quando existente; • Destaque do saldo correspondente à participação de acionistas minoritários no patrimônio líquido consolidado, na demonstração do resultado do exercício consolidado, nas mutações do patrimônio líquido. A Empresa controlada é avaliada por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

2.3. Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 5:** Contas a receber; **• Nota Explicativa nº 8:** Imobilizado; **• Nota Explicativa nº 10:** Contingências.

3. Resumo das políticas contábeis materiais: As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **3.2. Ativos financeiros:** **a) Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido durante o seu modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido durante o seu modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaz os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;

e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido o retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **3.3. Passivos financeiros:** **a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, fornecedores são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **d) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **3.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para perdas de créditos esperadas. A Provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.5. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R3), para fins de demonstrações contábeis da controladora. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofrem perdas por redução ao valor recuperável. Se asperado, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controladora e o valor contábil e reconhece o montante da demonstração do resultado da controladora. **3.6. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens de ativo imobilizado são mensurados ao custo menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários pagos de funcionários diretamente envolvidos no projeto em construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo até que este esteja em condições de ser utilizado para os seus fins. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: **• Reservatórios e barragens:** 25 anos; **• Edificações:** 60 anos; **• Máquinas e equipamentos:** de 10 a 33 anos; **• Móveis e utensílios:** 10 anos; **• Aeronaves:** 10 anos; **• Veículos:** 5 anos; **• Equipamentos de segurança:** 5 anos; **• Embarcações e flutuantes:** 10 anos. As depreciações são realizadas com base na taxa divulgada pela agência reguladora ANEEL. **3.7. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incerto que surgiram como resultado de transações passadas. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos: **• Ativos contingentes:** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; **• Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça. **3.9. Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais, incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados

Demonstrações do resultado						Controladora				Consolidado			
	Notas	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		2024	2023
Receita líquida	12	68.104	71.793	68.130	71.793								
Custos de operação	13	(14.169)	(10.847)	(14.168)	(10.847)								
Lucro bruto		53.935	60.946	53.962	60.946								
Despesas e receitas operacionais													
Despesas administrativas	14	(7.711)	(11.039)	(7.719)	(11.039)								
Outras despesas líquidas	15	(30.388)	(1.866)	(30.388)	(1.866)								
Resultados com equivalência	8	23	-	-	-								
		(38.076)	(12.905)	(38.107)	(12.905)								
Lucro antes do resultado financeiro líquido		15.859	48.041	15.855	48.041								
Resultado financeiro líquido		23	37	31	37								
Lucros antes do IR e da CS		15.882	48.078	15.886	48.078								
IR e CS - corrente		(2.180)	(2.301)	(2.184)	(2.301)								
		(2.180)	(2.301)	(2.184)	(2.301)								
Lucro líquido do exercício		13.702	45.777	13.702	45.777								
Lucro líquido por ação (Em R\$)		1,51	5,05	1,51	5,05								

Demonstrações do resultado abrangente						Controladora				Consolidado			
	Notas	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		2024	2023
Lucro líquido do exercício		13.702	45.777	13.702	45.777								
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-								
Total do resultado abrangente do exercício		13.702	45.777	13.702	45.777								
Total do resultado abrangente atribuível aos:													
Acionistas		13.702	45.777	13.702	45.777								
		13.702	45.777	13.702	45.777								

pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **3.10. Receita:** A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **3.11. Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais liquadas. **3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia aplica o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro conforme o regime de tributação de lucro presumido, os cálculos do exercício corrente são realizados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 10% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: **• O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;** **• Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;** **• A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;** **• No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial;** **• Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.** **b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22/09/2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25/05/2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring, forfait*

Operações financeiras		2024	
	Ativo	Passivo	
Aegea Investimentos S.A.	-	26	
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	1.576	
Buriti Energia S.A.	53.372	-	
Edison Lobão Filho	1.050	-	
Elétrica Paranaense S.A.	16.108	10	
Fabiola Cassia de Noronha Sampaio	717	-	
Fernando Antônio Bertin	3.677	-	
Filadelfo dos Reis Dias	3.617	-	
Illuminatti Com. Energia	-	-	
Elétrica Ltda.	5	-	
Lerans Energia Ltda.	15.748	-	
Luiz Carlos Gradella	12	-	
Mafe Energia e Participações S.A.	75.644	-	
Mara Daisy Dias	9.679	1	
Gaia Energia e Participação S.A.	20.000	-	
Tuna Adm. de Serviços Ltda.	5.098	-	
	204.727	1.62	

Curua 26 08 pdf

Código do documento 7a2b636b-9ba4-45f4-a0a3-4dd2af763b45



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

26 Aug 2025, 07:51:13

Documento 7a2b636b-9ba4-45f4-a0a3-4dd2af763b45 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2025-08-26T07:51:13-03:00

26 Aug 2025, 07:51:28

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2025-08-26T07:51:28-03:00

26 Aug 2025, 07:51:41

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 187.255.194.158 (bbffc29e.virtua.com.br porta: 15776) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2025-08-26T07:51:41-03:00

Hash do documento original

(SHA256):23c5053bf2a390352d69f3f6a7f3689680ac6964ee36791310ff1a25b1050c4c

(SHA512):56fad22cadabeceecf6189601ddeee29704a8561cd4b161f21b39058e86ad13c78e5552181398d2fab09f49807a41f058b0d7361338241be13806fe73a9a1fa6

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.